



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.383, DE 2015.

Acrescenta o § 2º do art. 2º-A, Lei n.º 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para tornar desnecessária a anulação do registro de filiação para ajuizamento de ação de investigação de paternidade biológica.

Autor: Deputado CARLOS MANATO

Relator: Deputado MANDETTA

I - RELATÓRIO

Pela presente proposta, o ilustre Deputado Carlos Manato pretende tornar desnecessária a anulação de filiação registral, para que se impetre a ação de investigação de paternidade.

A esta Comissão de Seguridade Social e Família compete analisar o mérito da proposta, sendo a apreciação conclusiva (art. 24, II do Regimento Interno).

Não foram apresentadas emendas, no prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em muito boa hora, vem o nobre Deputado Carlos Manato tornar mais célere a propositura de ação de investigação de paternidade, ao impedir que seja exigida a anulação de registro de nascimento, para que seja



viável o exame do genoma humano hábil a aferir o vínculo biológico de ascendência.

Como bem justifica o autor, a presente proposição é baseada no intuito de garantir “*o aumento substancial da qualidade de vida, por meio da identificação de problemas de linhagem hereditária e seu respectivo tratamento, além da viável prevenção de doenças crônicas e, até mesmo, o aumento da pluralidade de oportunidade de transplantes de órgãos.*”.

Trata-se de uma exteriorização do direito constitucional da dignidade da pessoa humana, de conhecer sua identidade genética. Não sendo, necessariamente vinculado à regulação dos Direitos da Família.

Se os tribunais estão exigindo que *a priori* haja anulação de registro de filiação, para que se tenha êxito na investigatória de paternidade, isto não nos parece algo razoável, mas merecedor de reforma legislativa urgente.

A sociedade e a ciência evoluíram e, a legislação não pode ficar a reboque, correndo atrás do fato social, sem dar uma efetiva solução aos casos de diuturnamente vão aparecendo.

Diante do exposto, a proposta em análise é conveniente e oportuna, razão pela qual votamos pela **aprovação do Projeto de Lei n.º 2.383, de 2015.**

Sala da Comissão, em de abril de 2018.

Deputado Mandetta
Relator